

**EMENDA REGIMENTAL N. 39, DE 29 DE ABRIL
DE 2021**

Disciplina a impossibilidade de computar a falta de manifestação de Ministro como voto aquiescente ao do Ministro relator no procedimento de julgamento virtual e na afetação de recurso repetitivo.

Art. 1º Os arts. 184-F e 257-B do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 184-F. Somente serão computados os votos expressamente manifestados.

.....
§ 3º Aplicam-se ao julgamento virtual, no que couber, as disposições dos arts. 55 e 103, § 6º.

§ 4º Não alcançado o quórum na votação, o julgamento será suspenso e incluído na sessão virtual imediatamente subsequente.

Art. 257-B. Somente serão computados os votos expressamente manifestados.

Parágrafo único. Não alcançado o quórum ou havendo empate na votação, o julgamento será suspenso e incluído na sessão virtual imediatamente subsequente.”

Art. 2º Fica revogado o § 1º do art. 184-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta emenda regimental entra em vigor no dia de sua publicação no Diário da Justiça eletrônico.

Ministro HUMBERTO MARTINS
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça

JUSTIFICATIVA

O projeto de emenda regimental em comento deriva de sugestão da Sra. Ministra Nancy Andrighi, ao constatar que a redação atual do art. 184-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não se coaduna com devido apreço pela necessária realidade fática dos autos, enquanto tem por escorreito considerar o Ministro que não se manifestou durante o procedimento de julgamento virtual como anuente ao voto do relator.

Impõe-se, então, disciplinar seus desdobramentos de forma a manter a higidez do sistema de julgamento virtual utilizado no STJ há mais de dois anos, com sucesso.

Dessarte, a falta de participação do Ministro no julgamento em sessão virtual há de ser registrada e, na hipótese da ausência de quórum para sua realização, o julgamento será suspenso e incluído na sessão virtual imediatamente subsequente.

Tal procedimento visa garantir a operacionalidade e a eficácia dos julgamentos em sessão virtual.

Ressalte-se que tal regramento é o adotado pelo Supremo Tribunal Federal (Resolução STF n. 642, de 14 de junho de 2019, na redação dada pela Resolução STF n. 690, de 1º de julho de 2020).

Dada a simetria, entendeu a Comissão também aplicar a sugestão na seara da afetação do recurso repetitivo.

Daí o acolhimento das alterações propostas para a correção de tal distorção constante da [Emenda Regimental n. 27, de 13 de dezembro de 2016](#).

Ministro MOURA RIBEIRO
Comissão de Regimento Interno